



**RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO FÓRUM DEDICADO AO TEMA "OS PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA NA GOVERNAÇÃO GLOBAL"**

**(PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS, 18 DE FEVEREIRO DE 2014)**

**Delegação da AR :**

- Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP);
- Deputada Andreia Neto (PSD), membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG);
- Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD), membro da CNECP;
- Deputado Carlos Costa Neves (PSD), membro da Comissão de Assuntos Europeus (CAE);
- Deputado José Magalhães (PS), membro da CACDLG;
- Deputado Carlos Zorrinho (PS), membro da CAE.

**Apoio Técnico:**

- Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR em Bruxelas

Os vice-presidentes do Parlamento Europeu (PE) responsáveis pelas relações com os Parlamentos nacionais, Othmar Karas (Áustria/PPE) e Miguel Angel Martínez (Espanha, S&D), promoveram a organização de um fórum dedicado ao tema "*Os Parlamentos da União Europeia (UE) na governação global.*"

O objetivo deste fórum era debater e analisar as formas de melhorar a cooperação entre os Parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu no âmbito das assembleias parlamentares multilaterais (UIP, APOSCE, etc.). O PE preparou um documento de orientação do debate, onde estão elencadas as principais questões, e que está anexo a este relatório<sup>1</sup>.

O programa da reunião, a lista de participantes e diversa documentação de suporte encontra-se no seguinte sítio internet:

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/pid/1983>

O registo vídeo e áudio da reunião está igualmente disponível<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/webdav/site/myjahiasite/shared/ICMs/2014/Karas%20Martinez%20Parliamentary%20Forum%2018.02.2014/EU%20Parliaments%20in%20global%20governance'.doc>

<sup>2</sup> Sessão da manhã disponível em <http://www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/other-events/video?event=20140218-1400-SPECIAL-UNKN>, Sessão da tarde em <http://www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/other-events/video?event=20140218-1000-SPECIAL-UNKN>

## 1. Sessão de Abertura

Na sessão de abertura, os vice presidentes do PE Othmar Karas (PPE, Áustria) e Miguel Angel Martínez (Espanha, S&D), deram as boas-vindas aos participantes, sublinhando a boa cooperação existente entre o PE e os Parlamentos nacionais, que deve ser alargada também à sua participação no escrutínio dos processos de decisão transnacionais, i.e., no âmbito das organizações internacionais.

O primeiro orador foi o Secretário-Geral da UIP, Anders B. Johnsson, que apresentou uma comunicação dedicada ao tema "*Os Parlamentos e a democracia na era da política global doméstica*". Esta intervenção está anexa ao presente relatório<sup>3</sup>.

Seguiu-se um período de debate, em que o primeiro interveniente foi o Sr. Presidente da CNECP, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), que começou por saudar o deputado Othmar Karas pelo trabalho desenvolvido no âmbito do relatório de iniciativa do PE sobre as ações e operações da tróica nos países sob programa de ajustamento. Neste contexto, considerou que foi possível observar que a tróica não esteve sujeita a um adequado controlo democrático. Prosseguiu, assinalando que Portugal se juntara ao projeto europeu e às suas políticas, como o euro, na convicção de que algumas dimensões da soberania dos estados viviam uma fase de ocaso histórico e que era indispensável uma partilha de soberania numa dimensão supranacional e europeia. No que diz respeito à moeda única, acrescentou que se tratou de um instrumento que servia o "grandioso desígnio europeu" de garantir que a democracia estaria acima das forças libertadas pela globalização, em particular dos mercados financeiros. Porém, considerou que a experiência portuguesa dos últimos anos tem revelado o fracasso desse objetivo, pois a única soberania relevante a que Portugal está submetido é a dos mercados.

Assinalou, ainda, que a adesão ao euro teve como consequência a perda dos mecanismos mínimos necessários à proteção dos interesses do estado no quadro da crise atual, e que não existe, atualmente, uma resposta democraticamente comandada. Deste modo, referiu que o balanço a fazer é francamente negativo, pois a política vive para recuperar a "mítica confiança dos mercados". Deste modo, considerou que o resultado é que se está a "alienar a confiança dos cidadãos", motivo pelo qual, na tentativa de "comandar a globalização", a Europa atual é uma trágica demonstração de fracasso. Por fim, notou que este é o contexto que favorece o aparecimento de forças de extrema direita, pois estas prometem comando, liderança e vigor. No contexto das próximas eleições para o PE, tal poderá causar, acrescentou, um prejuízo duradouro e grave ao projeto europeu.

O Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD) interveio neste debate, começando por destacar que uma das mensagens principais que importa afirmar é da existência de erros que não podem ser repetidos, no que diz respeito à avaliação da crise e da ação da tróica. Acrescentou que mesmo a existência de um PE democraticamente eleito não evitou erros na conceção do memorando de entendimento relativo a Portugal. Acrescentou que o nível de crescimento real da dívida foi subestimado, com consequências gravosas nos anos subsequentes, e que, no setor da saúde, a preocupação tem sido demasiado centrada na dimensão económica e financeira.

---

<sup>3</sup> Disponível em

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/webdav/site/myjahiasite/shared/ICMs/2014/Karas%20Martinez%20Parliamentary%20Forum%2018.02.2014/Parliaments%20and%20democracy%20in%20the%20age%20of%20global%20domestic%20politics.pdf>

Por outro lado, criticou as referências da tróica, em particular do FMI, à necessidade de Portugal se tornar uma economia assente num modelo de baixos salários, o que considerou não ser o melhor caminho.

Assinalou, ainda, que o envolvimento dos parlamentares nacionais na preparação das decisões constantes do memorando e do programa de ajustamento teria evitado alguns erros. No que diz respeito ao papel a desempenhar pelos Parlamentos nos organismos internacionais, recordou que cabe aos Parlamentos nacionais aprovar os orçamentos em que constam as quotas a pagar por cada Estado-Membro para pertencer a essas organizações, pelo que seria expectável e desejável um maior envolvimento destes Parlamentos no processo de decisão.

Neste âmbito, referiu que faz parte do papel dos parlamentares fiscalizar a tomada de decisão nestas organizações internacionais, o que reconheceu nem sempre ser fácil de alcançar.

Por fim, considerou que é importante que a agenda das organizações internacionais siga o interesse real para as vidas dos cidadãos, o que frequentemente não acontece, fornecendo o exemplo da Organização Mundial de Saúde, onde as estratégias são definidas essencialmente pelos principais doadores e não com base em conhecimento científico e nas necessidades dos povos.

O deputado Carlos Zorrinho (PS) usou da palavra neste debate, começando por notar que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa alterou a relação de forças entre as instituições europeias, pois a um equilíbrio dos poderes do PE e da Comissão correspondeu igualmente um reforço da intergovernamentalização e do papel do Conselho, no qual se estabeleceu um diretório de comando. Esta realidade, acrescentou, condicionou o papel dos Parlamentos nacionais na fiscalização dos respetivos governos a nível nacional.

Por outro lado, mencionou que este reforço do Conselho evidenciou, de forma mais clara, a diferença de capacidade de influência entre países, pondo em causa alguns dos princípios fundadores da UE. Além disso, enfatizou, a emergência de um "diretório" no seio do Conselho reduziu a democraticidade e a transparência dos processos de decisão. Neste contexto, a ação dos Parlamentos nacionais é percebida pelos cidadãos como "pouco importante" ou "pouco decisiva".

Neste contexto, reconhecendo que uma UE com vinte e oito Estados-Membros tinha que ter uma geometria variável, considerou que tal não implicava necessariamente duas velocidades, tendo sido impostas políticas punitivas de alguns Estados-Membros que, em alguns casos, resultaram em estratégias de "auto-flagelação".

Como tal, finalizou referindo que é importante reforçar o papel dos Parlamentos nacionais e a sua capacidade de fiscalizar a ação dos respetivos governos, aprofundando também a cooperação interparlamentar. Referiu, ainda, a perceção que os cidadãos europeus têm de que as instituições europeias estão "capturadas", o que torna "menos aliciante" a eleição para o PE. Apontou como solução para recuperar a confiança dos cidadãos a constituição de uma verdadeira "Federação de Estados-nação".

O deputado José Magalhães (PS) interveio também nesta sessão, começando por concordar com as incertezas e desafios atuais conforme elencados pelo SG da UIP na sua intervenção

inicial: houve progressos na cooperação interparlamentar, mas poucos avanços na criação de redes de parlamentares, apesar de todos os instrumentos tecnológicos e de informação existentes. Deste modo, considerou que não se está em presença de uma "viragem monumental" nas condições de cooperação, pois não se progrediu tanto como a evolução dos fenómenos económicos, dos mercados e da desregulação. Tal levou a que, acrescentou, a erosão da soberania nacional seja, atualmente, "quase grotesca", dando como exemplo a pouca legitimidade da Europa em combater os paraísos fiscais noutras regiões do mundo, face à inação europeia no que diz respeito aos seus próprios problemas de evasão fiscal. No que diz respeito a domínios como este, ou o tráfico de seres humanos, a criminalidade organizada transnacional, notou que a Comissão Europeia "sabe muito, mas age pouco".

Realçou ainda que os cidadãos não compreendem esse "défice de ação e de coerência com os princípios". Sobre a questão suscitada pelo SG da UIP de saber se "estamos todos no mesmo barco" no que diz respeito à governação global, assinalou que a resposta é positiva mas, "no mesmo barco, há quem viaje em primeira classe, em segunda classe, no porão, há naufragos, há gente que está de fora, há gente que ficou em terra, há gente de leste e de oeste, gente do norte e do sul" e esta é uma realidade do mundo global que não pode ser negligenciada.

No que diz respeito ao papel dos parlamentares, considerou que, ou estes contribuem para melhorar esta governação global e seus fenómenos, ou serão olhados pelos cidadãos "com desprezo". Relembrou que a Europa chega às pessoas "não pela retórica jurídica, mas pelas obras" e há obras de "que podemos orgulhar-nos", como a paz. Porém, aludiu à incoerência entre a "imunidade fiscal" de que beneficiam as grandes multinacionais face à austeridade que é imposta aos cidadãos europeus por causa da crise económica e financeira. Concluiu, afirmando que os cidadãos não toleram que os deputados não ajam face a estes problemas e realidades novas. No que diz respeito ao papel da Europa como ator global, considerou que esta pode sê-lo por "ação ou por omissão", mas que tem-no sido demasiado por omissão. A "abdicação da auto-governação foi feita em troca de algo, designadamente uma Europa de iguais, livre e mais justa e simplesmente fraterna".

## ***Sessão 2. Os Parlamentos da Europa nas organizações multinacionais e nos fora internacionais: do banco de trás para a fila da frente?***

Esta sessão foi moderada por Othmar Karas e teve como intervenientes o deputado ao PE Vital Moreira<sup>4</sup>, Presidente da Comissão de Comércio Internacional deste Parlamento, Dora Bakoyannis, Presidente da Delegação do Parlamento helénico à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa<sup>5</sup>, Maciej Popowski, Secretário-Geral Adjunto do Serviço Europeu de Ação Externa da UE, e Jan Wouters, Professor de Direito e Organizações Internacionais da Universidade de Lovaina.

As apresentações foram centradas no papel a desempenhar pelos Parlamentos no acompanhamento dos mecanismos de governação global, designadamente o modo de responsabilizar politicamente estas organizações e *fora* internacionais pelas várias decisões

---

<sup>4</sup> Discurso em anexo.

<sup>5</sup> Discurso disponível em

[http://www.europarl.europa.eu/webnp/webdav/site/myjahiasite/shared/ICMs/2014/Karas%20Martinez%20Parliamentary%20Forum%2018.02.2014/Bakoyannis\\_Europe's%20Parliaments%20in%20International%20Organizations\\_Brussels.pdf](http://www.europarl.europa.eu/webnp/webdav/site/myjahiasite/shared/ICMs/2014/Karas%20Martinez%20Parliamentary%20Forum%2018.02.2014/Bakoyannis_Europe's%20Parliaments%20in%20International%20Organizations_Brussels.pdf)

tomadas. Por outro lado, discutiu-se também o fortalecimento da cooperação entre os Parlamentos da UE no seio destas organizações.

O deputado Carlos Costa Neves (PSD) foi um dos intervenientes no debate que se seguiu, classificando este fórum como útil e oportuno, pois coloca uma série de questões que devemos abordar, designadamente a atual falta de articulação entre os Parlamentos europeus no acompanhamento das organizações internacionais. Por outro lado, manifestou o seu apreço pela existência destas assembleias parlamentares e pelo trabalho que desenvolvem, aludindo à experiência de Portugal neste tipo de *fora*, designadamente a sua vocação para estabelecer pontes e relações privilegiadas com outras partes do mundo.

Porém, e referindo-se às prioridades de ação dos Parlamentos nacionais, considerou que a primeira destas prioridades deve ser a de acompanhar e fiscalizar a participação dos governos nacionais nessas organizações internacionais, sendo que esta fiscalização deve incluir também a ação dos executivos nas diversas configurações do Conselho de Ministros da UE.

Por outro lado, e no que diz respeito à articulação entre Parlamentos, sugeriu que um primeiro passo para a melhorar poderia ser a disponibilização, por parte do PE aos Parlamentos nacionais, das resoluções e mandato que adota na véspera da participação em assembleias ou *fora* parlamentares internacionais.

Finalmente, e no que concerne à ideia de estabelecimento de uma assembleia parlamentar das Nações Unidas, considerou que a ideia de uma eleição direta de tal assembleia talvez seja demasiado arrojada nesta fase, sugerindo, em alternativa, uma abordagem inicial mais moderada que consistisse de uma assembleia parlamentar composta por deputados nacionais.

### **Sessão 3. Aproximando os parlamentares: iniciativas parlamentares globais**

A terceira sessão deste Fórum foi moderada por Miguel Angel Martínez, e teve como oradores Silvana Koch-Mehrin, deputada ao PE e membro do Fórum Global *Mulheres nos Parlamentos*, Arnaud Leroy, deputado à Assembleia nacional francesa e vice-presidente da GLOBE Europe, Alain Destexhe<sup>6</sup>, membro da organização *Parliamentarians for Global Action*, e Jo Leinen, deputado ao PE e um dos promotores da iniciativa Campanha para uma Assembleia Parlamentar das Nações Unidas.

Nas várias intervenções, foi apresentado o trabalho das diversas organizações a que pertencem os oradores, e procurou-se responder à questão de saber como podem os parlamentares de todo o mundo trabalhar em conjunto sobre questões concretas.

Neste âmbito, abordaram-se temas como o de saber de que modo podem as redes sociais e de comunicação, ou tecnologias como as videoconferências promover e fortalecer estas redes.

---

<sup>6</sup> Discurso disponível em

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/webdav/site/myjahiasite/shared/ICMs/2014/Karas%20Martinez%20Parliamentary%20Forum%2018.02.2014/Dep%20%20Destexhe%20speech%20EP%2018022014%20ENG.pdf>

#### **4. Sessão plenária de encerramento**

Na sessão final deste fórum, Miguel Angel Martínez, considerou que o sistema parlamentar parece estar a ser questionado na Europa, pois “Os cidadãos cada vez mais se dão conta que os seus representantes democráticos não parecem capazes de resolver os seus problemas. Também se encontram mais e mais conscientes que os poderes financeiros são muito mais importantes que os políticos na tomada de decisões que afetam as nossas comunidades”. Por fim, acrescentou que “Os Parlamentos não perderam a legitimidade, perderam influência e poder. É isso que deve ser restaurado”, concluiu.

Os trabalhos foram encerrados de seguida.

Assembleia da República, 24 de fevereiro de 2014

Anexos:

- Os citados ao longo do relatório